

Resenha Crítica

Extensão universitária: das práticas assistencialistas voluntárias ao reconhecimento acadêmico e social

University extension: from voluntary assistance practices to academic and social recognition

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues¹ orcid.org/0000-0002-3151-1685

¹Doutor, Professor associado, Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

E-mail do autor: luiz.rodrigues@upe.br

DEUS, Sandra de. **Extensão Universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. 96 p. ISBN Impresso 978-65-87668-00-0 ISBN Digital 978-65-87668-01-7

Sandra de Deus é professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pró-Reitora de Extensão desde 2012, ex-presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), integrou a União Latino-americana de Extensão Universitária (ULEU), órgão de representação das Redes Nacionais de Extensão da América Latina, uma otimista e militante da extensão universitária.

Neste livro ela situa o movimento da extensão, sobretudo a partir da Política Nacional de Extensão Universitária (PNE) no Brasil, na América Latina e no Caribe, e toca a partir de suas experiências, temáticas cruciais e gargalos a serem enfrentados pelas instituições de ensino superior.

O escrito é resultado de uma coletânea que resume temáticas abordadas pela autora em palestras e artigos revisados da mesma autora. No seu conjunto, a obra repercute questões centrais da política nacional de extensão, passando pelas metas do PNE para a área no Brasil e a

Portaria N.º 007/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece, entre outros aspectos, a obrigatoriedade da creditação da atividade extensão, como parte integrante dos currículos dos cursos de graduação.

A primeira parte do texto apresenta uma evolução do conceito de extensão, partindo de práticas assistencialistas voluntárias realizadas nas universidades e, mais recentemente, políticas que apontam a direção do reconhecimento acadêmico e social. Lembra a autora que a prática extensionista, no passado recente, “resumia-se a uma atividade militante de professores, técnicos e alunos, realizada nos finais de semana e sem recurso financeiro ou operacional”. (DEUS, 2020. p. 14)

O reconhecimento acadêmico é sem dúvida o fator que, na atualidade, tem impulsionado e qualificado o conceito de Extensão Universitária no Brasil. Avanços neste sentido vêm ocorrendo desde 1987, quando o FORPROEX já defendia, “com base no princípio da indissociabilidade, a necessidade de um currículo dinâmico,

flexível e transformador”. (DEUS, 2020.p.18) O texto ressalta que a concepção da extensão na perspectiva do reconhecimento acadêmico, tem encontrado resistência no dia a dia das IES, dado a cultura dos currículos acadêmicos dos cursos, considerado pela autora como de formato fechado, carregados de conteúdos obrigatórios e com poucas opções de escolha para o estudante, sobre seu itinerário formativo. Além disso, resente-se da acomodação dos docentes e discentes em sair do conforto da sala de aula e de seus laboratórios para enfrentar a complexidade social a ser enfrentada pela extensão. O novo conceito de extensão indica ser essa uma atividade formativa, ligada ao currículo dos estudantes, a ser realizada em aproximação das IES com o cotidiano dos movimentos sociais e com demandas gerais da sociedade.

Nesse contexto, a PNE encontra diversos desafios, por um lado o de flexibilizar a estrutura fechada dos currículos e, por outro, mobilizar e motivar docentes e discentes a envolverem-se com problemas complexos da sociedade fora da estrutura universitária, que dialogam com suas respectivas áreas de estudo e de pesquisa. Assim, “encontrar motivações que desacomodem docentes e estudantes para atuarem em atividades que não sejam apenas aquelas obrigatórias no currículo, uma vez que todos estão com muita pressa de cumprir apenas o exigido”. (DEUS, 2020. p.20)

A autora destaca que uma das razões para a inclusão da extensão no currículo é a necessidade de tornar a formação do estudante mais completa, na medida em que ele confronta seu aprendizado com a realidade. Entende-se nessa perspectiva “a Extensão Universitária como espaço de formação que ensina e pesquisa na relação de troca e de comprometimento,

abrangendo um todo e não o específico”. (DEUS, 2020. p. 21)

É nesse sentido que extensão universitária deve(ria) ser uma ação acadêmica de formação efetiva, integrada ao projeto de curso, à pesquisa básica e aplicada, de modo a sinalizar uma universidade voltada para os problemas sociais reais, comprometida com a busca de soluções, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem.

É significativo ressaltar no texto a menção à função política da extensão, a partir de formulação do conceito defendido no FORPROEX em 2012. Entende este Fórum que a extensão universitária tem um caráter essencialmente político, na medida em que materializa a contribuição da universidade para o processo de (re)construção da Nação. Como destaca a autora, “a universidade isolada não colabora para a resolução dos conflitos do cotidiano social. Para que ocorram mudanças, são necessárias trocas capazes de fazer surgir o novo, que é fruto ora do diálogo, ora das disputas/tensões que envolvem a universidade como parte da sociedade”. (DEUS, 2020. p. 30)

Ainda são destacadas duas significativas contribuições da extensão à formação dos estudantes: o aspecto metodológico e a formação ética. No primeiro, o aporte ocorre “pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam”. (p.33). Na questão da ética, esse aporte ocorre na medida em que as atividades “[...] abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos”. (DEUS, 2020. p.33) O diálogo elo central da relação universidade e sociedade medida pela extensão cria possibilidades de transformação, de conexão e de interação

também com os seus diferentes. Enfatiza a autora que “a Extensão é o lugar da “alteridade” por excelência — é onde a universidade realiza o reconhecimento da diversidade tanto sociocultural quanto étnico-racial e permite não apenas a construção, como também o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo”. (DEUS, 2020.p.23)

O texto discute críticas feitas à Extensão Universitária, sobretudo a que aponta a dificuldades em avaliar os impactos de toda e qualquer atividade da universidade realizada fora dos muros institucionais. A autora contesta essa hipótese, destacando que esse argumento faz parte “de um modo de pensar produtivista e conservador, não dá importância da relação universidade/sociedade”. (DEUS, 2020. p.42) Afirma que as atividades de extensão criam possibilidades de recriação e expansão a partir do contato com a diversidade, com a realidade do outro. O relacionar-se com o mundo, com outras pessoas, torna ‘outros’ estudantes e docentes. Além disso, [...] “as relações construídas entre as pessoas na atividade extensionista é o que possibilita, ao estudante, compreender outras realidades, outros saberes, outros olhares”. (DEUS, 2020. p. 43) Deve-se considerar ainda que a ideia de avaliação de impactos, de processos de mensuração de mudanças sociais, não é consensual entre pesquisadores de diversas áreas sociais. Assim, não deve ser este um argumento sustentável contra a creditação da extensão universitária.

Outra questão refere-se ao dilema na relação teoria e prática na formação extensionista. A autora se posiciona na direção de que deve haver uma complementariedade entre ambas as dimensões. Indica que a prática

extensionista mantém a universidade “[...] viva, aberta a novos conhecimentos e conceitos”. Assim, defende que “não existe contradição nem antagonismo entre o teórico e o prático. [...] teoria e prática andam juntas, estão em constante diálogo, contribuindo para a renovação e para o desenvolvimento da universidade e da sociedade como um todo.” (DEUS, 2020. p.44)

Distingue e coloca em posições opostas, os procedimentos da extensão e das ações de intervenção. Entende que na atividade de extensão os procedimentos visam o compartilhamento, o acolhimento e o reconhecimento de saberes. De outro modo, ações de intervenção, explora, intervém e impõe certos conhecimentos.

Essa questão nos remete a obra de Paulo Freire, Extensão ou Comunicação (1983), em que o autor discute a dimensão comunicativa da extensão educativa, diferenciando-a de processos técnicos de comunicação de massa, que utilizam técnicas de manipular, “e, por isto mesmo, não se encontram comprometidos num processo educativo-libertador”. (FREIRE, 1983. p. 49) A comunicação em seu aspecto gnosiológico mais profundo refere-se à condição humanista a que devem perseguir os processos educativos. Nesse sentido, “a educação que não tente fazer esforço, e que, pelo contrário, insista na transmissão de comunicados, na extensão de conteúdos técnicos, não pode esconder sua face desumanista”. (FREIRE, 1983. p. 64)

Equivocada, portanto, segundo Freire, a concepção segundo a qual o que fazer educativo é um ato de transmissão ou extensão sistemática de um saber. Ao contrário, “em lugar de ser esta transferência do saber que o torna quase ‘morto’ – é situação gnosiológica em seu sentido mais amplo” (FREIRE, 1983,

p.46), que considera o outro um sujeito de conhecimento.

Freire defende o diálogo problematizador, em que a atividade tenha a mesma significação para ambos, extensionista e sujeito externo à universidade. Isso significa “[...]diminuir a distância entre a expressão significativa do teórico e a percepção dos ‘camponeses’ em torno do significado. E isso só se dá na comunicação e na intercomunicação dos sujeitos pensantes, a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até outro”. (FREIRE, 1983. p. 46)

O princípio do diálogo, que inspirou Freire é defendido pela autora como condição para mudanças e para a transformação social resultantes da extensão, exigindo “[...] disponibilidade da comunidade universitária ao compreender que existem outros saberes — além daquele conhecimento construído no interior da academia — que nos ensinam e nos fazem reorientar pesquisas, redimensionar planejamentos, refazer planos de ensino”. (DEUS, 2020. p. 62)

O texto propõe uma concepção diferenciada da internacionalização da educação superior na América Latina, considerando que essa qualidade passa necessariamente pela Extensão Universitária. Fala-se nesse sentido de uma internacionalização inclusiva, voltada à troca de experiências. Pensar internacionalização na América Latina e no Caribe, a partir da extensão, “deve favorecer a formação de cidadãos e profissionais respeitosos da diversidade cultural e comprometidos com a cultura de paz”. (DEUS, 2020. p. 75) Sobre essa questão, em 2002, o FORPROEX já havia se manifestado, propondo que se compreenda como ‘internacionalização da Extensão Universitária’ aquelas ações de

intercâmbio e de cooperação entre equipes de Extensão.

A extensão é de fato um desafio de posicionamento das universidades frente aos desafios sociais reais. Exige-se assim sair da “condição de neutralidade quando a sociedade exige posicionamentos e necessita de novas propostas curriculares para sair do lugar de escola profissionalizante. (DEUS, 2020. p. 77)

Essa postura passa por decidir-se em traçar caminhos para o financiamento e de forma contínua, “seja através da inserção na matriz orçamentária das instituições de ensino superior, seja através do aumento dos aportes do Ministério da Educação, seja via inclusão na agenda das agências governamentais”. (DEUS, 2020. p. 14)

Outra urgência diz respeito a efetiva inclusão de créditos realizados em atividades de extensão no âmbito das IES. Concorda a autora que “[...] este seja, no momento, o maior desafio das universidades. No entanto, entre o que se prega e o que se pratica, há uma distância marcada pelas dificuldades operacionais, pelos preconceitos e pelos temores que envolvem a manutenção do status quo. (DEUS, 2020. p. 82)

O texto indica ainda que há entre a gestão das IES uma ‘aposta’ para que o processo de creditação não ocorra de fato, uma torcida de que não vai dar certo. Isso decorre, de um lado, pela falta efetiva de volume de atividades de extensão necessária, e de outro pela resistência a conceber um currículo de curso flexível.

A perspectiva no texto é de que o processo de creditação, de “inserção das atividades de extensão nos currículos” deverá ser compreendido como uma ação de inovação pedagógica e não apenas um mero cumprimento legal de uma resolução. Incluir a extensão no currículo de curso, sem a necessária concepção de flexibilidade curricular e inovação, apenas

para cumprir um preceito legal, poderá gerar o caos na gestão acadêmica dos cursos.

Os desafios postos ao cenário da Extensão Universitária deverão ser enfrentados por cada instituição, a partir de escolhas: “marcado por um estreito vínculo com a sociedade, avançando e trocando experiências, ou aquele menos árduo e, certamente, menos necessário para todos”. (DEUS, 2020. p.76)

Este livro é recomendado a todos os docentes e sobretudo gestores da educação superior, na medida em que terão uma leitura ampla dos processos que envolvem justificativas, condições basilares e perspectivas da política de extensão universitária na atualidade no Brasil.

Ressente-se neste texto de uma leitura da repercussão da resolução do CNE 07/2018... conceito de extensão, art. 3º, prazos. Mesmo que citada, os estudos não puderam refletir o que vem ocorrendo a partir de sua publicação. Considere-se ainda que, em função da pandemia do COVID-19, a referida resolução foi prorrogada por 12 meses.